

Dívida externa tem 36 propostas

CECILIA PLESE
Correspondente

São Paulo — O encerramento dos debates da Semana do Economista versão 84, nesta capital, além da ausência do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, foi marcado por uma característica que chegou ao nível de consenso: a de que o Brasil não pode mais discutir deleteriamente propostas de renegociação da dívida externa que não irá adotar. O professor da USP, Stephen Kanitz, lembrou que somente em seu arquivo estão catalogadas 36 diferentes soluções para a questão do endividamento, centralizadas em torno de 12 temas. Qualquer uma delas, asinalou, é melhor do que a atualmente em vigor, embora nenhuma seja perfeita ou venha a ser completamente aceita pelos bancos credores, na mesma proporção em que o Brasil já não concorda mais em ser totalmente tutelado pelo FMI.

Com exceção de duas propostas — a do calote ou a do pagamento do serviço da dívida com base em juros reais pré-determinados — nenhuma delas é definitiva, acrescentou Kanitz, porque banco algum admitirá fazer concessões políticas, exceto em termos temporários. Terminado o período de desafogo, o País voltará à estaca zero, vendo-se novamente às voltas com o problema fundamental que cerca o endividamento externo: o da inopportunidade da existência de um sistema financeiro internacional calcado num esquema de empréstimos a taxas de juros flutuantes. Desde que Pastore assumiu o Banco Central, afirmou Kanitz, ele descobriu que as taxas só flutuam pa-

ra cima, sistema danoso, não só para os devedores, como para os credores, já que banco algum gosta de ver seus clientes quebrarem.

Segundo o economista, entre as principais desvantagens da assinatura de contratos de empréstimos a taxas de juros flutuantes, encontram-se as de que os juros reais a serem pagos também são oscilantes. Por serem inflacionados, criam crise de liquidez e suas variações afetam todo o estoque de empréstimos contratados até o momento, acabando com a microeconomia. O único benefício desse sistema é o de que a cada ano fica 6 por cento mais fácil para a dívida externa brasileira, porque a própria inflação norte-americana se encarrega de correr os juros e o montante da dívida.

Para o professor Celso Martone, desde 1980 a renda **per capita** brasileira vem caindo em torno de 11 por cento e mesmo que o Brasil consiga crescer 5 por cento ao ano nos próximos quatro anos, somente em 1989 conseguirá retornar aos índices de 1980. A restrição externa — admitiu — é um ponto fundamental de estrangulamento do crescimento do País, embora a curto prazo tenha sido atenuada pela política de incentivo às exportações e pelo aumento da demanda de importações dos Estados Unidos. Mas, ressaltou, não parece provável que a sociedade se conforme com a perda de dez anos de crescimento a pretexto de se transferir para os credores individuais algumas parcelas consideráveis da renda nacional.

Segundo o economista, chegou a hora de se impor

uma perda de capital aos credores, perda essa que já está implícita no comportamento do mercado financeiro e cuja contabilização necessita apenas de sugestões apresentadas de maneira negociável. Nem os credores, nem os países pequenos, disse, embora muitos tenham vontade, darão início a esse processo. O Brasil, entretanto, pelas suas dimensões territoriais e pelo tamanho de sua dívida, assim como pelo bom comportamento que demonstrou na negociação até agora, é o único capaz de dar o primeiro passo. Essa iniciativa, na opinião do professor, está condicionada à adoção de um plano interno de estabilização econômica coerente, com perspectivas de longo prazo.

Já o assessor econômico de comércio internacional do Senado americano, Leonard Santos, salientou que os EUA não são um país protecionista. "Não conheço nenhuma nação do mundo que tenha um déficit comercial de 130 bilhões de dólares e um déficit em conta corrente de 80 bilhões de dólares, como os que os Estados Unidos terão em 84, que não tenha cerrado suas portas" — observou. Segundo ele, apesar dos norte-americanos estarem vivendo uma fase de economia em crescimento, da ordem de 6 por cento ao ano, muitas indústrias estão sofrendo. Quando seu poder de **lobby** é bastante forte, elas conseguem levar o congresso americano a abrir exceções em sua política de mercado aberto. Acrescentou, embora muitas vezes, como já ocorreu nos setores de calçados e da indústria aeronáutica, o tiro tenha saído pela culatra.